

Ana Paula Avelar

Da História e da Literatura: Percursos de uma Expansão

Indiciamos nesta comunicação um dos campos privilegiados da nossa investigação, isto é, a problematização do modo como estas duas áreas do saber se têm debruçado sobre os textos historiográficos de Quinhentos, nomeadamente os textos construídos sobre a presença portuguesa noutros espaços que não os europeus, mais precisamente os orientais. O nosso solo discursivo é a escrita da História, é o desvendar de um tempo próprio, aquele que flui e se revela no seu objecto: no “quê” e “porquê” da sua escrita.

Várias foram as fronteiras atravessadas por estas questões, como as que tocam a introdução de um olhar filosófico na procura da natureza do objecto tratado pela História, nas suas metas e objectivos, nos seus conceitos centrais e na validação das reivindicações emanadas por aqueles que a praticam. O estudo historiográfico impõe-se tendo em atenção estas questões, mas definindo-se como o campo onde revelamos quer aquilo que os historiadores pensaram e fizeram num dado tempo, quer a forma como absorveram as suas matrizes e as transformaram em algo de diferente.

É necessário ter em atenção que, ao trabalharmos um texto, seja este um texto histórico, ou outro, devemos entendê-lo “(...) como comunidade e partilha de vários tipos de memórias: referenciais, culturais, enciclopédicas (...)”¹, transmissoras de um código próprio. Como qualquer texto, também este deve ser percebido na sua “(...) situação comunicacional (ou seja, a compreensão histórica do texto como fazendo parte de um sistema sociocultural de intercâmbio de informações e sentidos) (...)”². Como qualquer texto, também a escrita da História tem sido objecto de uma diferente prática de olhares.

Tomemos como exemplo as narrativas que descrevem as viagens dos portugueses de Quinhentos e exemplifiquemos a sua reavaliação como textos literários. Maria Alzira Seixo sintetizou o que apelida como regras dessa transformação, explicitando, por um lado: “(...) a progressiva literarização, comprovada no plano empírico pela multiplicação de edições autónomas, e já não apenas em colecções de documentação histórica (...)”³ e, por outro, a colocação do problema do **género**, não só no referente à tipologia a ser aplicada, enquanto formas de escrita específicas, mas também na integração operativa dos textos nos modos literários.

Não se esgota aqui, como a própria Maria Alzira Seixo afirma, a *alteração protocolar na sua leitura*. Refere igualmente esta ensaísta outras duas formas, a retórica e a histórico-literária. A primeira pratica-se nas análises estilísticas; por seu turno, a segunda opera no cruzamento de dois campos, o histórico e o literário, assistindo-se à radicação no campo histórico. Este tipo de produção da escrita coloca-se assim “(...) numa espécie de limbo indeciso entre o que se considera História e o que se considera Literatura.”⁴

Recorde-se, aliás, como consensualmente se aceita a *Peregrinação*, um escrito documental, como produção estética. Ainda que tal posição não seja assumida nem na sua época nem pelo seu autor. Os propósitos narrativos de Fernão Mendes Pinto são claramente definidos através de um corolário peregrinatório dos desafortunados sucessos de seus 21 anos de serviços, nos quais foi treze vezes cativo e dezasseis vendido, desejando através do seu discurso dar a conhecer em rude e tosca escritura, por herança a seus filhos os seus trabalhos e perigos⁵. Não se assiste, portanto, à assumpção de um discurso enfabulatório.

Confrontamo-nos igualmente com a adaptação de uma convenção literária, como a epopeia de Luís de Camões, às *implicações pragmáticas do quotidiano circunstancial, representado pelos Descobrimentos*. N’*Os Lusíadas* subscreve-se claramente um modelo epopeico, e responde-se a uma voz que corre, como claramente expressa Garcia de Resende no seu prólogo ao *Cancioneiro Geral*, clamando pelo registo das *maiores façanhas e notáveis feitos* dos naturais portugueses, assim de tempos passados como os de agora⁶. Cumpre-se um modelo de escrita específico e tecem-se as vozes daqueles que escreveram um discurso histórico, e que procuraram narrar um passado próximo, como foi o caso de Fernão Lopes de Castanheda e a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e João de Barros e a sua *Ásia... dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente*. O discurso da história serviu como fonte ao discurso poético. A epopeia camoniana bebe a sua fonte na cronística da expansão⁷.

Os campos da História e da *Poesis* tocam-se, e distinguem-se, tal ocorrendo nos escritos dos homens de Quinhentos. Esta nossa análise não se situa no campo literário, ainda que tenhamos presente algumas das suas utensilagens analíticas e tomemos em atenção a contingência dos nossos objectos. As nossas interrogações movem-se no campo historiográfico, isto é, na determinação do conceito de História como a procura do quê e do como, na revelação do que foi escrito pelos historiadores que escreveram sobre o passado dos homens, sobre aquilo que *pensaram* e fizeram.

A matéria do nosso trabalho é, portanto, a escrita da História, tendo em atenção que como escreve Michel Certeau “L’autre est le fantasme de l’historiographie. L’objet qu’elle

cherche, qu'elle honore et qu'elle enterre.”⁸ Ao evocarmos um registo, evocamos um tempo, sendo necessário entendê-lo naquele que é o quadro de referências onde se formula e onde é formulado.

As constantes navegações possibilitaram aos portugueses o entrever de novos espaços, novas realidades, novos comportamentos sociais e culturais. Portugal não contactou somente com a Europa ou o Norte de África, mas *pensou* e vivenciou outros espaços como a Índia e o Extremo Oriente. Este peregrinar provoca a necessidade de os portugueses contarem as suas experiências, provarem os seus feitos, receberem as suas mercês, transmitirem o seu testemunho. É neste quadro que surge toda uma série de narrativas que procuraram descrever vivências e satisfazer as múltiplas curiosidades que em Portugal nasciam face ao novo mundo até então tão distante e agora tão próximo.

Os propósitos e as formas narrativas encontradas são diversas: os textos que seguem o percurso da viagem e elaboram como que uma relação desta; os que subscrevem uma preocupação dominante de cariz comercial, como os livros de armação, recorde-se *Livro da nau Bertoa para a terra do Brasil*; os que observam as questões relacionadas com a navegação como os livros de marinharia – recorde-se *O Livro de marinharia de André Pires*; ou, finalmente, os roteiros – e aqui não poderíamos deixar de referenciar os da autoria de D. João de Castro. Uma das preocupações que encontramos relativamente à análise destes textos prende-se com a definição de uma tipologia textual.

Com efeito, têm sido elaborados verdadeiros quadros definidores dos *modelos narrativos*. Sob a designação genérica de **diário de bordo** têm sido publicados toda uma série de textos que corriam no século XV e XVI sob a forma manuscrita e que eram verdadeiras relações de viagem, como, por exemplo, a relação de Álvaro Velho (1497-1499) que descreve a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, a relação do Piloto Anónimo (1500) que relata a viagem de Pedro Álvares Cabral, a relação da viagem de Tomé Lopes, escrivão de uma nau portuguesa, escrita em 1502, a relação anónima da segunda viagem à Índia de Vasco da Gama (1502), ou ainda a relação de D. Francisco de Almeida à Índia, datada de 1505-1506. Nomeámos os textos ligados com o espaço oriental, mas outros poderiam ser evocados, como a tão conhecida carta de Pero Vaz de Caminha (1500) ou a *Navegação que fez Pero Lopes de Sousa no descobrimento da costa do Brasil militando na capitania de martim afonso de sousa na era da encarnação de 1530*.

Subscrevemos a tese segundo a qual na década de 1530 terá sido posta em prática a estruturação dos apontamentos dos pilotos em forma de diário, sendo de certa forma comprovado, como escreve João Rocha Pinto, através dos dados recolhidos no texto de um piloto anónimo sobre “a viagem de inverno que fêz o ano de 1537” André Vaz: “(...) a existência

de um caderno (“Libro ordinario”) de bordo para apontamentos técnicos independentes do caderno do escrivão de bordo, este de índole comercial, administrativa e institucional (...)”⁹. Existe, portanto, toda uma série de narrativas que, embora não deva ser designada como **diário de Bordo**, visto não subscrever as características deste tipo de registo, prepara os diários de navegação. Estes textos são instrumentos que denotam, quer o aperfeiçoamento dos roteiros, quer o dos processos de navegação astronómica; denunciam, além disso, a escolha criteriosa das informações que se devem registar para utilização futura.

Não são, todavia, estas as fontes que constituem o objecto do nosso estudo; elas reflectem um propósito diferente, pois denunciam uma forma de pensar, um viver do quotidiano, sem pretenderem relatar a História. Deparamo-nos igualmente com outras narrativas que relatam os actos e as experiências individuais, e que correspondem a ansiedades várias, espelhos da sociedade portuguesa de então. As **cartas** foram, desde logo, um meio de apresentar novas ideias e registar, para que não fossem esquecidos, os feitos individuais. Este processo foi mesmo solicitado pelos diferentes reis portugueses de forma a poderem acompanhar o que de longe de seus olhos e de seu reino se passava. Nalguns casos, estas cartas foram publicadas para que a acção dos portugueses no Oriente fosse conhecida, não só no reino, mas também na Europa.

O desejo de relatar as experiências que se viviam no Oriente e de transmitir o que de novo fazia parte do quotidiano quinhentista tomou-se uma preocupação evidente. Para além dos reis que procuravam registar a memória do seu governo através das crónicas régias ou da protecção que dispensavam aos autores, também os fidalgos protegeram quem, de alguma forma, procurou conservar a memória do presente. Tal foi, por exemplo, o caso de Martim Afonso de Sousa que apoiou Garcia da Orta o qual lhe dedicaria os seus *Colóquios dos Simples, e Drogas...*

As preocupações expressas nos diferentes textos produzidos não foram apenas no sentido de repor a verdade dos factos, como acontece com os *Commentários de Afonso de Albuquerque*, capitão geral e governador da Índia (impresso em 1557), e escrito por seu filho Brás de Albuquerque; ou como acontece com o *Livro primeiro do cerco de Diu...*, escrito por Lopo de Sousa Coutinho, impresso em 1556; ou com o *Comentário do cerco de Goa e Chaúl no ano de 1570* de António Castilho, publicado dois anos depois; ou, finalmente, com a *História das cousas que o mui esforçado capitão D. Cristovão da Gama fez nos Reynos do Preste João de Miguel de Castanhoso* (1564).

Para além da reposição dos factos, na transmissão do experienciado, outras preocupações foram denunciadas, como a necessidade de referenciar os múltiplos espaços geográficos ou a fauna e flora locais; lembremo-nos de Duarte Pacheco Pereira e do seu

Esmeraldo de situ Orbis, de Duarte Barbosa e do *Livro das Cousas da Índia*, ou ainda de Tomé Pires e da *Suma Oriental*.

Nos itinerários a descrição dos costumes é, todavia, um *topos* discursivo. Isso não significa que o propósito nuclear não seja o de descrever os percursos efectuados. Pense-se, por exemplo, em António Tenreiro, cujo objectivo primeiro era o de revelar o caminho da Índia para Portugal por terra. Como ele próprio escreve: “(...) sendo tantas vezes posto em risco de morte, preso, roubado, e passando por tão diversas nações bárbaras e estranhas, e pelo deserto, entre bestas e feras alimárias, que eu mesmo tive por impossível escapar da morte.¹⁰” O autor afirma ainda ter dado à estampa o seu itinerário para que: “(...) algum de vossos leais e curiosos vassallos tomassem daqui algum estímulo e exemplo para , com grande cuidado, servir a seu rei, pareceu-me agora bem fazer imprimir este processo de minha viagem, para que mais gente seja dele participante (...)”¹¹ e, deste modo, servir o monarca.

Não deixa, no entanto, de referenciar “as grandes cousas vistas”, “os trabalhos por que passou” e “os costumes presenciados bem como as curiosidades”¹². São, assim, os olhares pessoalizados que se revelam; como escreve mestre Afonso, cirurgião-mor no seu Itinerário da viagem que fez por terra de Ormuz para Portugal, este é o valor da novidade: “Mui natural cousa é aos homens, muito alto e poderoso rei e senhor nosso, segundo Aristóteles nesta sua proposição omnis hommo naturalliter scire desiderat nos ensina, o desejo e inclinação de saber, mormente sendo novidades e cousas de alheias terras e províncias que não viram e ouviram, porque a estas é inda muito mais afeiçoado esta nossa natureza (...)”¹³.

Mas, se esta novidade leva ao escrito pessoalizado, ela conduz igualmente ao escrever da História, ao contínuo labor do poeta e do historiador, na que é a sua inscrição clássica de definição aristotélica. Nela o ofício do poeta era o de “(...) representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível, verosímil e necessariamente. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem em verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa), – diferem sim, em que diz um as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder.”¹⁴

No século XVI, o escrever a História passa necessariamente pela inscrição num tempo e num modo, o qual bebe a sua fonte nos *antigos*, ainda que o presente se sobreponha aos feitos do passado. Aprender a lição da História significa redimensionar um passado: “Le retour à l’antique devient la nouveauté des temps, ou plus exactement conduit le renouveau”¹⁵. Assim se compreendem as palavras de Castanheda, segundo o qual devem ser divulgadas pelo mundo “(...) as notáveis façanhas que fizeram (os portugueses) com ajuda de nosso

Senhor neste descobrimento e conquista (...)”¹⁶. Os feitos dos antigos “(...) foram todas per terra (...) E a da India foi feita por mar e por vossos capitães, e com navegação dum ano e doito meses e de seis ao menos: e não a vista de terra senão afastados trezentas e seiscentas léguas partindo do fim do Ocidente e navegando até o Oriente sem verem mais que água e céu, rodeando toda a Esfera, cousa nunca cometida dos mortais, nem imaginada por se fazer”¹⁷.

Será no registo dos feitos, na mudança da *imagem* do mundo e do papel desempenhado pelos homens nessa mudança que se consubstancia o escrever a História no período de Quinhentos, e muito particularmente na cronística, nomeadamente na cronística portuguesa da Expansão. O registo escrito é o que garante a perenidade, a memória dos homens; outros feitos não serão lembrados, não tanto por não serem tão importantes como os que encontramos registados, mas porque os seus feitos não passaram para o papel. Daí a importância, reconhecida pelos *antigos*, da escolha de quem escreve. Este deveria ser eloquente e, como já gregos e romanos o praticavam, *receber todo o favor*, até porque o conhecimento dos feitos de um povo, quer através de fontes indirectas quer da ausência de um registo escrito, leva ao seu desconhecimento. Este é o corolário dos cronistas da Expansão, presente em Castanheda, Barros, ou Correia. Todos eles, se pretendem afastar da *imitação descuidada* e procuram a sua inscrição num anterior cronicar dos feitos dos portugueses noutras paragens que não as europeias. Gomes Eanes de Zurara surge como natural antecessor.

Ao escrever uma História geral da presença portuguesa no Oriente, pretendeu-se não só descrever os contactos estabelecidos, mas também conhecer esses espaços, inquirir quanto ao seu passado, procurar as transformações provocadas pela chegada dos portugueses, narrando os feitos modificadores do estado de facto. No seio deste quadro definidor incluem-se as obras de Castanheda, Barros e Gaspar Correia, as quais concretizam um projecto de escrever a ***História dos portugueses em terras do Oriente*** segundo um determinado modelo radicado nos clássicos. Estamos perante projectos que se estruturam tendo em vista um quadro alargado do relato histórico. Assim se compreende o facto de a tonalidade epopeica percorrer a narrativa, acompanhando-se o humanismo europeu na procura de uma tradição nacional¹⁸.

A escrita da História persegue, deste modo, os antigos e subscrive a eloquência no seu registo. A arte da História está indissolivelmente ligada à arte retórica; afinal, ambas procuram demonstrar e encantar. Mas a escrita da História obedece à aplicação daquilo que os clássicos referem como “a métrica própria da prosa”, a qual, ainda que se distinga da do verso, é igualmente agradável. Quem duvida da aplicação mimética deste princípio na prosa de um João de Barros ao defender a lição da escrita: “Mas as escrituras que não têm esta utilidade de lição além de se nelas perder o tempo que é a mais preciosa coisa da vida, barbarizam o engenho e enchem o entendimento de cisco, com a enxurrada dos feitos e ditos que trazem.

E o que mais é mais para temer escandalizam alma, concebendo ódios e má opinião das partes inflamadas por eles”¹⁹.

Refira-se ainda que a *imitatio* segue um estilo e um modelo que a cronística da Expansão reconhecera em Tito Lívio. A este nível deveremos destacar a subdivisão da narrativa em livros – a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, Lendas da Índia e Décadas da Ásia* seguem esta estrutura –, no início dos quais surgem reflexões de carácter mais geral; consagra-se, todavia, a sequência cronológica dos acontecimentos.

Procurar um tempo, desvendar o que os historiadores fizeram, revelar a forma como absorveram as suas matrizes e as transformaram em algo de diferente, é formular uma viagem, é entender um percurso que se vai delineando e onde vários são os instrumentos analíticos de que nos socorremos. Esboçar um percurso de descoberta, de Expansão foi o nosso objectivo. Cerzir os vários nódulos desvendados na senda da História e da Literatura é o trabalho a seguir.

Notas

1 Helena Carvalhão Buescu, *Em busca do autor perdido – Histórias, concepções, teorias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 34.

2 *Ibidem*, p. 39.

3 Maria Alzira Seixo, *Poéticas da Viagem na literatura*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 44.

4 *Ibidem*.

5 Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 13 e 717.

6 Veja-se a seguinte passagem: “E por que senhor as outras cousas ssam em ssy tam grandes, que por sua grandeza, & meu fraco entender nam deuo de tocar nelas, (...)” Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973, p. 1.

7 Veja-se os trabalhos de J. Maria Rodrigues.

8 Michel Certeau, *L'écriture de l'Histoire*, Paris, Gallimard, 1975, p. 8.

9 João Rocha Pinto, *A viagem, memória e Espaço – A literatura portuguesa de Viagens – os primitivos relatos de viagem ao Índico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989, p. 127.

10 António Tenreiro, *Viagens por terra da Índia a Portugal – António Tenreiro e Mestre Afonso*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1991, pp. 21-22.

11 *Ibidem*, p. 22.

12 Cf. a título o que foi escrito neste mesmo itinerário por António Tenreiro relativamente ao facto de se gerarem na cidade do Cairo, pintos sem galinhas: "(...) há um género de mouros arábios que não têm outro ofício, e habitam junto dos muros desta cidade, onde levam os esterco das estrebarias dela; e em aqueles montes de esterco, que são mui antigos, têm umas furnas e covas onde metem grande quantidade de ovos, e com a quentura do dito esterco se tiram pintãos que logo se vão mantendo com vermes pequeninos que em ele se criam." *Ibidem*, p. 82.

13 *Ibidem*, p. 127.

14 Aristóteles, *Poética*, Lisboa, Guimarães Editores, 1964, pp. 116-117.

15 Claude-Gilbert Dubois, *Le Bel Aujourd'hui de la Renaissance – Que reste-t-il du XVIe siècle?*, Paris, Seuil, 2001, p. 11.

16 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1979, I, p. 4.

17 *Ibidem*.

18 Cf. Ana Paula Avelar, *Da Ars Historica – a cronística portuguesa da Expansão no confronto com a alteridade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 (edição policopiada), pp. 46-184.

19 João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, terceira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, prólogo.